O IDEAL DE EMANCIPAÇÃO NA ERA DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: DIÁLOGOS ENTRE KANT, LISPECTOR E MISKOLCI

Leise Taveira[1]

Resumo

Este ensaio analisa a relação entre a emancipação humana e o avanço tecnológico contemporâneo no século XXI, tensionando o conceito de "maioridade" proposto por Immanuel Kant face à crescente dependência e delegação de subjetividade às inteligências artificiais generativas. A partir de uma abordagem teórico-reflexiva e interdisciplinar, o texto investiga como as conveniências tecnológicas moldam o espaço público e afetam o desenvolvimento neural e a autonomia individual. Para contrapor a mercantilização das relações, recorre-se à obra *Uma Aprendizagem ou O Livro dos Prazeres*, de Clarice Lispector, como uma via filosófico-literária de busca por autonomia por meio do amor e da alteridade. Ademais, o estudo incorpora as críticas de Richard Miskolci sobre as "batalhas morais" na esfera pública técnico-midiatizada, evidenciando o risco de esvaziamento das pautas identitárias pelo modelo neoliberal. Conclui que a superação da menoridade social e a preservação da dignidade humana diante da era antropogênica dependem, fundamentalmente, do resgate de uma mediação educacional e crítica que subordine o aparato tecnológico a princípios racionais, universais e humanitários.

[1] Doutora em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), mestra em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), advogada, jornalista, professora da PUC-Rio e graduanda em Filosofia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

Palavras-chave
Maioridade kantiana. Inteligência artificial. Alteridade. Pautas identitárias. Mediação educacional.

Abstract

This essay analyzes the relationship between human emancipation and contemporary technological advancement in the 21st century, questioning Immanuel Kant's concept of "maturity" (enlightenment) in light of the growing dependency and delegation of subjectivity to generative artificial intelligence. Utilizing an interdisciplinary and theoretical-reflective approach, the study investigates how technological conveniences shape the public sphere and impact both neural development and individual autonomy. To counter the marketization of human relationships, the analysis draws upon Clarice Lispector's novel *An Apprenticeship or The Book of Pleasures* as a philosophical-literary path toward autonomy through love and alterity. Furthermore, the study incorporates Richard Miskolci's critiques regarding "moral battles" within the tech-mediated public sphere, highlighting the risk of identity-based agendas being hollowed out by the neoliberal model. It concludes that overcoming social immaturity and safeguarding human dignity in the anthropogenic era fundamentally depend on reclaiming critical and educational mediation that subordinates the technological apparatus to rational, universal, and humanitarian principles.

Keywords
Kantian maturity. Artificial intelligence. Alterity. Identity politics. Educational mediation.

INTRODUÇÃO

Será que, com toda a tecnologia disponível no século XXI, o ser humano pode afirmar que está em processo de emancipação, nos moldes da maioridade preconizada por Immanuel Kant há mais de dois séculos? Terá havido algum avanço significativo em busca da igualdade e da liberdade iluministas por meio

da tecnologia dita libertadora? Ou será que, a despeito de toda a tecno-tragédia humana — passando pela bomba atômica no século XX e pelos riscos contemporâneos de substituição do humano pela máquina —, o ideal de emancipação foi colocado em *stand-by*, numa longínqua estante da humanidade, a ser usado, sabe-se lá, apenas após a derradeira deglaciação antropogênica?

É com essas reflexões que o presente ensaio objetiva contribuir no campo filosófico da moral, em especial no que tange às pautas identitárias que hoje contam, no Brasil, com um substancial arcabouço jurídico em busca de mais igualdade. Contudo, concomitante e ironicamente, com o amparo tecnológico, depara-se com narrativas e deformações que, de óbvios contos da carochinha, transformam-se em sérios obstáculos a direitos fundamentais, impedindo até mesmo o diálogo mais comezinho entre seres humanos iguais.

A partir dessas contradições em relação ao humano e à tecnologia, o objetivo deste texto é contribuir para uma reflexão acerca da relação da alteridade com as diferenças na contemporaneidade. Para isso, é preciso questionar de que modos as supostas conveniências tecnológicas constituem um meio de afirmar ou de negar a autonomia humana.

Afinal, na sociedade da inteligência artificial, em que tudo é convenientemente delegável — desde a deliberação do melhor trajeto a seguir de carro, de casa até o trabalho, passando pela elaboração de um texto supostamente autoral para servir de avaliação em alguma disciplina escolar, até o melhor remédio para o estresse do dia a dia —, precisa-se, mais do que nunca, pensar. E mais: se for o caso, alterar o sentido que esse cenário está tomando. Para o humano, crê-se, ainda é indelegável aprender a refletir, a filosofar, a amar.

Neste convite à reflexão, conceitos de Immanuel Kant (1724-1804), como o de "maioridade" e o seu famoso "imperativo categórico", são instigantes e fundamentais. Igualmente centrais são os escritos de Clarice Lispector, especialmente seu livro *Uma Aprendizagem ou O Livro dos Prazeres* (1969), e os de Richard Miskolci (2021), que traz em sua tese de titularidade uma reflexão sobre a esfera pública técnico-midiatizada na negação da emancipação do ser humano ao tratar das chamadas pautas identitárias.

E assim, ao modo da filosofia do absurdo de Albert Camus, juntamente com os autores citados, busca-se encontrar um lampejo de condição de possibilidade de virada humana, demasiadamente humana, na qual seja possível desligar as telas e aceitar uma xícara de café para prosseguir mundo afora, simplesmente em maravilhamento, apesar de tudo.

KANT E O *SAPERE AUDE!*

Ousa pensar! Essa expressão em latim pode servir de síntese para o árduo trabalho de Immanuel Kant (1724-1804) na busca de um universal desejável. Ou seja, de incentivar ao humano o uso de seu próprio entendimento. Descendente de uma família simples da Prússia, foi, na juventude, agraciado com uma bolsa de estudos que lhe possibilitou formar-se professor e lecionar em Königsberg, cidade onde nasceu e de onde nunca saiu. Mesmo assim, conseguiu propor o universal, contribuindo, até os dias atuais, para a concepção do que seria uma vida que valesse a pena.

Inspirado nos ideais iluministas, demonstrou o claro desejo de chegar a conceitos universais que valessem para qualquer um, em qualquer lugar e em todos os tempos. Autor de obras basilares como *Metafísica dos Costumes*, *Crítica da Razão Pura* e *Crítica da Razão Prática*, o filósofo articulava a necessidade de um Estado laico para a elaboração de um pensamento livre, de tal modo que se pudesse refletir sem as amarras impostas por dogmas religiosos.

Para ele, é somente a partir do pensamento autônomo que o homem poderá sair da menoridade para a maioridade. Em seu ensaio *Resposta à pergunta: o que é o esclarecimento?* (1784), Kant explica que atingir a maioridade é o mesmo que ser responsável por si e por seus próprios atos, uma vez que a condição da menoridade significa ser incapaz de se servir do próprio entendimento, precisando da tutela de outrem para atividades que deveriam ser do próprio vivente.

Ou seja, para Kant, sair da menoridade significa "ousar saber"; exige desistir de responsabilizar outrem pela própria vida. Isso porque estar em estado de menoridade significa ter alguém que diga o que comer, como pensar, como ser comandado espiritualmente, entre outros aspectos. Essa condição traz como contrapartida a conveniência de não precisar de qualquer esforço para pensar ou refletir sobre si próprio e seus atos.

Assim, o filósofo reconhece que ir ao encontro da maioridade não é algo simples, mas exige coragem, pois *sapere aude* implica, além da renúncia das comodidades da submissão, o enfrentamento do medo imposto pelos que comandam a sociedade, fazendo com que a menoridade se torne uma "segunda natureza". Kant assevera que os tutores, que tiveram "a extrema bondade" de encarregar-se da direção alheia, impuseram instrumentos que impedem a maioridade e, assim como adestram animais, impõem preceitos e fórmulas que geram

medo dos desafios que a autonomia implica, fazendo com que os seres humanos façam um mau uso de seus dons naturais.

Para Kant, a liberdade de movimento, a despeito do medo de alguns tropeços naturais de quem dá os primeiros passos, significa exercitar o próprio espírito, despojando-se da menoridade através do esclarecimento, o qual não exige mais do que a própria liberdade. Mas o filósofo faz um alerta: é o uso público da razão que deve ser livre o tempo todo. Com isso, ele afasta a hipótese de se pensar em revolução para derrubar o despotismo pessoal ou uma opressão cúpida ou ambiciosa. Isso, segundo Kant, não impediria o surgimento de novos preconceitos.

Embora admita que, por vezes, poderá ser feito o uso privado da razão, este deverá ser limitado. Para o autor, para uma coletividade funcionar, é necessária a existência de mecanismos que impliquem um comportamento preventivamente estabelecido e obedecido, uma espécie de unanimidade artificial a ser dirigida pelo governo a fins públicos, de forma a impedir a destruição da própria ordem racionalmente construída.

Nesse caso, dirá Kant, é a obediência que deve prosperar. E a obediência é justamente o amálgama que permitirá o cumprimento do dever a partir da máquina pública, cujo objetivo é o bem comum. Assim, é possível a assunção da qualidade de erudito que se dirige a um público universal, visando ao bem público por todos desejado e construído. Para isso, há um acordo voluntariamente edificado para que todos possam usufruir desses direitos.

Com isso, fica clara a importância do aspecto moral que, para Kant, viria de dentro para fora, a partir do desejo e da vontade de cada indivíduo em cumprir com seus deveres, tendo em vista o sujeito de liberdade: o próprio ser humano.

A CONTEMPORANEIDADE E A DEPENDÊNCIA TECNOLÓGICA

"Para os cidadãos americanos, 20 de janeiro de 2025 é o Dia da Libertação". A frase, retirada do discurso de posse do segundo mandato de Donald Trump, propõe um salto histórico e temporal significativo. A fotografia[2] daquele dia não foi a usual, de um ex-presidente que se despede e outro que assume o local do

[2]Cf. FORBES. O Dia D das Big Techs: a psse de Donald Trump. *Forbes Tech*, 2025. Disponível em https://forbes.com.br/forbes-tech/2025/01/o-dia-d-das-big-techs-a-posse-de-donald-trump. Acesso em: 3 jun. 2026.

poder, cercado por líderes políticos tradicionais. A imagem, transmitida ao vivo para o mundo, contava com a presença marcante de CEOs e fundadores das maiores empresas de tecnologia do Vale do Silício. Isso demonstra não apenas a simbologia do poder e o apoio financeiro substancial à campanha, mas evidencia com quem está o bastão do real poder geopolítico contemporâneo.

Essa configuração não surgiu do nada. É fruto de um longo processo de fetichismo da tecnologia que, desde o fim do século XX, escala em velocidade alucinante, transformando humanos em usuários incondicionais de máquinas e as máquinas em iminentes substitutas de tudo o que a humanidade já construiu.

Ao analisar o atual cenário mundial, observa-se algo que vai muito além da mera delegação de tarefas repetitivas às máquinas. Percebe-se nas ruas, nos escritórios, nos meios de transporte e no cotidiano uma automatização do próprio humano; uma rendição à máquina, com uma verdadeira anulação das ações, do trabalho, das emoções e dos gestos até então considerados eminentemente humanos.

E não se trata de uma figura de linguagem. Trata-se, mesmo, de ações concretas como ser medicado, fazer psicoterapia, consumir bens simbólicos e até relacionar-se afetivamente com e por meio de dispositivos digitais. Através da tecnologia, o ser humano mantém, na contemporaneidade, relações pessoais profundas ao apaixonar-se, fazer confidências e realizar sessões de psicanálise com as chamadas inteligências artificiais generativas.

Há também um desdobramento alarmante nesse cenário: seres humanos induzidos a crimes [3]ou ao autoextermínio[4] através do ambiente virtual, promovendo ações que superam as distopias ficcionais de séries como *Black Mirror*[5]. Essa dependência tecnológica, de acordo com pesquisas epidemiológicas[6], já aponta para impactos negativos importantes nas gerações vindouras.

[3] Cf. G1. *História do crime: Fabiane Maria de Jesus*. G1 Santos e Região, 2026. Disponível em: https://g1.globo.com/. Acesso em: 29 maio 2026.

[4]Cf. FOLHA DE S. PAULO. *Suicídio de adolescente nos EUA acende alerta sobre apps de IA*. Folha de S. Paulo, 2024. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/. Acesso em: 31 maio 2026.

[5] Cf. NETFLIX. *Black Mirror*. Disponível em: https://www.netflix.com/. Acesso em: 31 maio 2026.

[6] Cf. BBC. *Geração digital pode ser a primeira menos inteligente que os pais*. BBC News Brasil, 2020. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/. Acesso em: 31 maio 2026.

O neurocientista francês Michel Desmurget, em sua obra *A Fábrica de Cretinos Digitais*, apresenta dados que demonstram como o desenvolvimento neural de crianças e jovens está sendo afetado pelos dispositivos digitais. A partir desses dados, Desmurget afirma que, pela primeira vez na história moderna, uma geração apresenta indicadores de quociente de inteligência inferiores à anterior.

A razão para isso reside na utilização desmesurada da tecnologia. Ou seja, para seu próprio malefício e o das gerações futuras, o humano transfere sua subjetividade para os sistemas automatizados.

Existem argumentos que apontam para a falta de letramento digital[7] na utilização dessas ferramentas e que, à medida que o espaço público regulamentar os algoritmos, o cenário se estabilizará. Contudo, todo e qualquer movimento feito no sentido de uma discussão mais profunda ou regulação estatal é frequentemente fustigado por discursos e atos que tensionam as instituições e os Estados[8].

O sociólogo Ricardo Antunes (2018), em sua obra *O Privilégio da Servidão*, faz um inventário das relações entre capital e trabalho no Brasil, demonstrando como ocorreu a desestruturação de direitos até a atual plataformização do trabalho.

Com essa pesquisa, é possível observar que a conveniência do acesso rápido a bens e serviços caminha lado a lado com novas formas de precarização ou, nos termos kantianos, de manutenção da menoridade pela dependência econômica e tecnológica.

Pode-se argumentar contra o pessimismo de Antunes (2018) ressaltando que os sindicatos e as leis trabalhistas persistem[9] e asseguram direitos mínimos aos trabalhadores formais. Mas fato é que sempre houve e haverá resistência onde há poder, na dinâmica das forças sociais desproporcionais. Michel Foucault (1988, p. 91) sintetiza essa perspectiva: "Lá onde há poder, há resistência, e no entanto (ou melhor, por isso mesmo) esta nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder".

---

[7] BUCKINGHAM, David. Digital Media Literacies: Rethinking Media Education in the Age of the Internet. *Research in Comparative and International Education*, v. 2, n. 1, 2007.

8 Cf. AGÊNCIA SENADO. Discurso em defesa da regulação de redes sociais converge com PL das Fake News. *Senado Notícias*, 2024. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/. Acesso em: 9 jan. 2024.

[9]Cf. https://www.camara.leg.br/noticias/1173145-projeto-cria-piso-nacional-para-entregadores-de-aplicativo-e-regulamenta-atividade/

Ademais, avanços humanitários sempre soaram como uma espécie de corrida à maioridade kantiana. Entretanto, é perceptível a utilização do aparato tecnológico e jurídico em prol da ideologia dominante, em geral, vencedora material e simbolicamente. Ou, como asseveram Marx e Engels (2007, p. 47): "As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes; isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante".

Assim, se o objetivo primordial do capitalismo contemporâneo é o lucro e, para alcançá-lo, for necessário adotar discursos humanitários que apresentem a tecnologia como aliada dos direitos humanos, seguramente, não haverá hesitação mercadológica em mostrar este tipo de serviço.

Desta forma, há décadas, se demonstra uma divinização do tecnológico em detrimento do humano e ocultam-se os prejuízos que esse processo produz. Tudo isso, claro, sempre a gerar milhares de milhões de dólares em lucro para poucos, como os diletos acompanhantes do presidente estadunidense em seu segundo mandato, em janeiro de 2025.

CLARICE LISPECTOR E A MAIORIDADE KANTIANA NO AMOR

Contudo, se a realidade se apresenta mercantilizada, emerge a possibilidade de utilizar a própria linguagem e a arte para contrapor-se a ela, por meio da construção filosófica dos afetos em direção à maioridade. Em seu romance *Uma Aprendizagem ou O Livro dos Prazeres* (1969), Clarice Lispector oferece pistas sobre essa possibilidade.

Na narrativa, a autora revela o encontro entre as personagens Lori e Ulisses em busca da maioridade no campo afetivo. Lori, vinda do interior do estado para a capital do Rio de Janeiro para lecionar no ensino fundamental após a morte da mãe, abandona a estrutura familiar e uma vida marcada por superficialidades.

Tratava-se de uma jovem de posses que consumia bens materiais para adornar sua existência em frente ao mar, trazendo experiências amorosas efêmeras na bagagem, até o encontro com Ulisses.

Professor de filosofia, o Odisseu de Lispector propõe a Lori uma viagem ao desconhecido de si própria como condição para uma relação autêntica. Ou seja, antes de alcançar a plenitude do amor, Lori precisaria percorrer o caminho da maioridade, renunciando às conveniências e enfrentando o autoconhecimento.

É estilisticamente relevante notar que a obra literária se inicia com uma vírgula e termina com a expressão "eu penso o seguinte:", sugerindo a continuidade do processo vital. Na trajetória de diálogos entre a Lori da menoridade e aquela que caminha para a autonomia, a personagem enfrenta o medo da solidão e a necessidade de compreender sua própria existência para, finalmente, «ser com Ulisses».

Lispector deixa claro que essa união não se confunde com o amor romântico idealizado pela indústria cultural. Trata-se da responsabilidade pelas escolhas, pela liberdade e pela recusa do superficial, englobando inclusive a consciência da finitude humana.

A personagem Ulisses, em sua função docente e filosófica, parece encarnar o princípio kantiano de que todos os indivíduos são capazes de atingir a moralidade a partir da liberdade e da vontade. Lori assume essa postura: dispõe-se a observar disciplinadamente o mundo, exercitando a consciência racional de seu dever de crescer em direção à maioridade.

Ao utilizar sua existência para ser e não para parecer, ela encara suas próprias imperfeições e usa racionalmente sua subjetividade, assumindo o protagonismo de sua história. Com isso, compreende-se como sujeito de liberdade, encontrando o imperativo categórico: a liberdade de amar como um processo contínuo e repleto de boa vontade.

O texto de Clarice, ao representar esse filosofar constante, dialoga com o absurdo da vida. Lori, de maneira análoga ao Sísifo de Albert Camus (2019), encontra-se na condição humana de subir a montanha com o peso da existência, contemplar a queda e reiniciar o labor de forma consciente. Esse relato de enfrentamento absurdo também se assemelha às dinâmicas enfrentadas pelos movimentos sociais contemporâneos em suas pautas de emancipação.

AS PAUTAS IDENTITÁRIAS E A CONSTRUÇÃO DA MAIORIDADE

Foi sobre esse tipo de trajetória de lutas que Richard Miskolci (2021) se debruçou em sua pesquisa de livre-docência. Na obra *Batalhas Morais*, o autor analisa como as pautas identitárias, sem a devida mediação crítica do fator humano, correm o risco de se transformar em produtos mercadológicos aptos a gerar lucro para os detentores das plataformas de comunicação.

Miskolci (2021) identifica nos acontecimentos sociais de 2013 a revelação de tensões incubadas na sociedade brasileira, em que a busca legítima por igualdade de direitos — independentemente de orientação sexual, gênero ou raça — passou a ser disputada por discursos influenciados pelo modelo neoliberal de subjetividade.

O autor exemplifica com as propostas de formulação de políticas públicas de educação sexual inclusiva no início da década de 2010 e demonstra como o debate público foi polarizado e distorcido por setores conservadores através do uso de narrativas alarmistas voltadas para o ambiente digital. Segundo ele, esses episódios históricos serviram de pretexto para uma reconfiguração do debate na esfera pública técnico-midiatizada, não gerando a autonomia, o a maioridade Kantiana.

Diante disso, Miskolci (2021) questiona os níveis de racionalidade e maioridade que lastreavam essas disputas e retoma as formulações da teórica Gayatri Spivak (2010) acerca do "lugar de fala" e da subalternidade.

O autor problematiza se os grupos historicamente subalternizados encontram, de fato, canais efetivos de emancipação sem uma mediação institucional e educacional crítica. Ele retoma o que Spivak (2010) já alertava acerca da influência que as estruturas neoliberais exercem sobre os sujeitos marginalizados. E com isso, reitera o risco de reprodução das mesmas lógicas de exclusão.

Como contraponto a esses efeitos, Miskolci, defende um debate mediado pela educação, que perpasse a universidade, a escola, o Estado e os meios de comunicação. E conclui que a superação das batalhas morais na esfera pública depende de as questões de justiça social serem pautadas sob uma chave racional, objetiva e universalista, voltada para o direito e a saúde pública.

É justamente neste ponto que a maioridade kantiana é uma sugestão cirúrgica. Cremos que somente por meio de uma formação crítica apta a preparar as novas gerações para os desafios contemporâneos mediada pela educação com vistas à busca de autonomia, é possível fugir das armadilhas da divinização do tecnológico em detrimento do humano e executarem-se políticas públicas de letramento tecnológico efetivas e eficientes à humanidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da complexidade dos desafios expostos e do impacto que as tecnologias de inteligência artificial generativa exercem sobre a autonomia individual, indaga-se se a recuperação da mediação crítica não deveria constituir o imperativo categórico das instituições educacionais, filosóficas e sociais. Não seria viável transformar esse cenário de crise de identidade humana em um espaço estruturado para conferir densidade às vozes sociais, priorizando pautas universais em detrimento da superficialidade dos discursos atomizados? Em suma, urge transitar da menoridade para a maioridade por intermédio da mediação educacional.

Os sintomas da utilização desordenada da tecnologia para a manutenção da menoridade social são inequívocos :manifestam-se na disseminação de comportamentos de risco voltados para o engajamento digital, no questionamento infundado de métodos científicos, na defesa de propostas de desinstitucionalização do ensino[10]e na negação de consensos científicos sobre a crise climática.

Assim, torna-se insustentável permanecer no isolamento ou na inação característicos da menoridade. O pensamento kantiano revela-se indispensável para essa deliberação urgente da humanidade.

A partir da leitura de Clarice Lispector e do aprendizado da autonomia através da alteridade, percebe-se que o ato de refletir confunde-se com o aprendizado da convivência. Trata-se de uma construção cotidiana e disciplinada, erguida a partir das possibilidades humanas. A metáfora do aprendizado contínuo sugere um exercício filosófico sem um termo definitivo.

Somente aparado pelo pensamento crítico, o ser humano mantém a capacidade de buscar sua emancipação em pleno século XXI. Fica, assim, evidenciado inequivocamente que o avanço em direção à igualdade e à liberdade iluministas depende, no Século XXI, da subordinação da tecnologia aos imperativos da vida e da dignidade humana, salvaguardando o futuro coletivo diante das ameaças da era antropogênica.

RECEBIDO em 18/05/2026
APROVADO em 30/08/2026

[10] Cf. VALOR ECONÔMICO. *Homeschooling retira escudo de proteção da criança*. Valor Econômico, 2026. Disponível em: https://valor.globo.com/. Acesso em: 30 jun. 2026.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

CAMUS, Albert. O mito de Sísifo. Rio de Janeiro: Record, 2019.

FOUCAULT, Michel. História da sexualidade I: a vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

KANT, Immanuel. Resposta à pergunta: que é o esclarecimento? In: KANT, Immanuel. Textos seletos. Petrópolis: Vozes, 1985. p. 100-117.

LISPECTOR, Clarice. Uma aprendizagem ou O livro dos prazeres. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã. São Paulo: Boitempo, 2007.

MISKOLCI, Richard. Batalhas morais: política identitária na esfera pública técnico-midiatizada. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Pode o subalterno falar? Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa e André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.